

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ACESSIBILIDADE NA REVISTA BRASILEIRA  
DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (2005-2021)**

**SCIENTIFIC PRODUCTION ON ACCESSIBILITY IN THE BRAZILIAN JOURNAL  
OF SPECIAL EDUCATION (2005-2021)**

Rafael Silva<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-9994-6653>

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil  
[doc.rafaelsoares@gmail.com](mailto:doc.rafaelsoares@gmail.com)

Wanderson Diogo Andrade da Silva<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-9583-0845>

Universidade Regional do Cariri, Brasil  
[wanderson.andrade@urca.br](mailto:wanderson.andrade@urca.br)

**Resumo**

As discussões sobre a inclusão de pessoas com deficiência nos diversos espaços da sociedade têm ganhado destaque nas três últimas décadas, o que tem gerado, também, um aumento no número de estudos que tratam do tema. Mais recentemente, a acessibilidade tem sido pautada nesses estudos, dada a sua importância para a efetivação da inclusão das pessoas com deficiência nas instituições de ensino. Diante do exposto, este estudo buscou mapear e analisar a produção científica sobre acessibilidade na Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE), vinculada à Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE). Foram encontradas 40 publicações na revista que tratam da acessibilidade no período entre 2006 e 2021, cujos dados indicam a prevalência estudos do tipo relatos de experiências, contemplando as diversas dimensões da acessibilidade. Autores das regiões Sul e Sudeste assinam a maior parte das produções analisadas, sendo observadas iniciativas de grupos de pesquisa na promoção de acessibilidade junto a professores e estudantes de diferentes níveis e etapas educacionais.

**Palavras-chave:** Acessibilidade; Inclusão escolar; Estudantes com deficiência.

**Abstract**

Discussions about the inclusion of people with disabilities in different areas of society have gained prominence in the last three decades, which has also generated an increase in the number of studies that deal with the subject. More recently, accessibility has been guided in these studies, given its importance for the effective inclusion of people with disabilities in educational institutions. Given the above, this study sought to map and analyze the scientific production on accessibility in the Brazilian Journal of Special Education (RBEE), linked to the Brazilian Association of Researchers in Special Education (ABPEE). 40 publications were found in the magazine that deal with accessibility in the period between 2006 and 2021, whose data indicate the prevalence of studies of the type of experience reports, contemplating the various dimensions of accessibility. Authors from the South and Southeast regions sign most of the analyzed

---

<sup>1</sup> Pós-Doutor em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (UFRRJ); Pós-Doutor em Química pelo IQSC-USP; Doutor em Ensino de Ciências e Matemática, com ênfase em Ensino de Química e Educação Especial Inclusiva (UNICSUL); Mestre em Engenharia e Ciências dos Materiais (MACKENZIE); Especialista em Ensino de Química, Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Salas de Recursos Multifuncionais e Educação Especial e Inclusiva. Licenciado em Química, Educação Especial e Pedagogia. Pesquisa Ensino de Ciências e Ensino de Química, Pedagogia e Educação Especial; Membro do Grupo de Pesquisa - Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional (ObEE/UFRRJ). Coordenador de Disciplinas e Professor no Curso de Especialização lato sensu EDUCAÇÃO ESPECIAL E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - UFRRJ/CECIEJ.

<sup>2</sup> Professor substituto do Departamento de Química Biológica da Universidade Regional do Cariri (URCA). Licenciado em Química (IFCE), Mestre em Educação (UFC) e Doutorando em Educação (UFMG). Pesquisa Educação Química.

productions, with initiatives by research groups in promoting accessibility among teachers and students of different levels and educational stages being observed.

**Keywords:** Accessibility; School inclusion; Disabled students.

## INTRODUÇÃO

A busca pelo reconhecimento e a valorização da diversidade de pessoas na sociedade tem resultado em alguns avanços que promovem a inclusão, embora outros se façam necessários para que práticas discriminatórias não mais tenham espaços. Nesse contexto, a inclusão, enquanto processo dinâmico, assume diferentes interpretações diante da heterogeneidade de espaços e tempos, entendida neste estudo como a condição para que os sujeitos historicamente excluídos deixem de ser inviabilizados na sociedade e tenham os seus direitos garantidos.

A expansão das discussões sobre inclusão tem, nas últimas duas décadas, fomentado o crescimento de estudos sobre a acessibilidade, que diz respeito à possibilidade de uso seguro e autônomo dos espaços públicos ou privados, incluindo os serviços existentes neles, por parte das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2015). Através dela, essas pessoas podem realizar das mais simples às mais complexas atividades e funções no seu dia a dia, no trabalho ou nos estudos, mediante condições de igualdade e equidade para que exerçam os seus direitos e liberdade de escolha.

Na educação, a ausência da acessibilidade dificulta o acesso e a permanência de pessoas com deficiência em seu espaço, contrariando o reconhecimento de que a educação é um direito constitucional de todas as pessoas. Quando isso ocorre, alimenta-se um cenário de idealização de estudantes, que é histórico no sistema educacional brasileiro, marginalizando as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, superdotação/altas habilidades. A elas, ficam reservadas salas e escolas especiais para que o seu desenvolvimento e a socialização de suas identidades ocorram em contextos segregacionistas.

Foi a partir desse cenário que surgiram os termos inclusão/exclusão, classificando as pessoas em “normais” ou “anormais”, recebendo uma educação diferenciada conforme sua condição física ou psicológica. Essa divisão vem de uma hierarquia que conceitua os estudantes e a estrutura da escola em um modelo tradicional de educação, que mais representa a exclusão do que de inclusão. Assim, a concepção de educação inclusiva atualmente põe em evidência a urgência de uma reestruturação política, filosófica e estrutural da escola, que, para ser considerada verdadeiramente inclusiva, precisa ajustar-se ao seu contexto real, respondendo aos desafios que se apresentam diante da diversidade de estudantes que a cada ano ingressam

no seu espaço e demandam ações institucionais que viabilizem, também, o direito à permanência e a uma aprendizagem de/com qualidade (Silva; Silva, 2022).

Em meio a esse contexto, entende-se que a acessibilidade se constitui como um elemento essencial para a efetivação da inclusão escolar de pessoas com deficiência na escola comum, de modo que a aprendizagem e o seu desenvolvimento integral se concretizem mediante práticas educativas inclusivas. Apesar de ser uma temática antiga, a literatura sobre a acessibilidade como elemento necessário para a inclusão escolar ainda é incipiente no Brasil em comparação a outras discussões da área, a exemplo da formação de professores para trabalhar com essa modalidade de ensino. Assim posto, questionamos: como a produção científica tem discutido a acessibilidade no contexto da inclusão escolar de pessoas com deficiência?

Conduzido por esse questionamento, este estudo buscou mapear e analisar a produção científica sobre acessibilidade na Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE), vinculada à Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE). A sua escolha justifica-se por ser a única revista da área de Educação Especial no país classificada como A1 no sistema de classificação de periódicos no sistema qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sinalizando o seu nível de excelência internacional.

## **METODOLOGIA**

Para alcançar o objetivo delimitado neste estudo, que consiste em mapear e analisar a produção científica sobre acessibilidade na RBEE, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, que se configura como uma:

[...] modalidade de estudo que se propõe a realizar análises históricas e/ou revisão de estudos ou processos tendo como material de análise documentos escritos e/ou produções culturais garimpados a partir de arquivos e acervos. Essa modalidade de estudo compreende tantos os estudos tipicamente históricos ou estudos analítico-descritivos de documentos ou produções culturais, quando os do tipo “pesquisa do estado-da-arte” (Fiorentini; Lorenzato, 2006, p. 71).

A escolha por esse tipo de estudo justifica-se pelas contribuições que gera ao campo científico ao apresentar como uma determinada temática tem sido explorado pela literatura, revelando os avanços e as lacunas existentes. Conforme destacam Romanowski e Ens (2006, p. 39), esse tipo de estudo teórico pode:

[...] significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada.

A RBEE, fundada em 1992, além de apresentar um nível de excelência internacional atribuído pelo sistema qualis CAPES, como já sinalizado, “tem sido um importante espaço para publicar artigos com resultados de pesquisa, ensaios e resenhas de livros. Por muito tempo, a RBEE foi o único periódico da área no Brasil” (Pletsch *et al.*, 2018, p. 3).

As buscas pela produção científica na revista ocorreram a partir do uso do descritor “acessibilidade”, considerando a sua presença no título ou nas palavras-chave dos artigos, resultando em 40 produções científicas sobre a acessibilidade. Na sequência foi realizada a leitura das produções mediada pelas orientações de Fiorentini *et al.* (2016), que recomenda um fichamento com informações de aspectos de naturezas circunstanciais, institucionais, temático e teórico metodológico. Os resultados e suas respectivas discussões desse processo serão apresentados a seguir.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Quadro 1 apresenta informações sobre as 40 produções que compõem o corpus deste estudo, tais como ano de publicação, título, autoria, sua nacionalidade e instituição de vínculo.

Quadro 1 – Identificação da produção científica mapeada na RBEE

Autor	Instituição	Título	País
Paiva e Melo (2021)	UFRN	Acessibilidade Linguística para Surdos no Ensino Superior: Reflexões sobre o Curso de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Brasil
Pieczkowski e Gavenda (2021)	UNI CHAPECÓ	Narrativas de Mulheres com Deficiência Visual	Brasil
Sandoval <i>et al.</i> , (2020)	UAM	Perspectivas de Alunos e Professores de Práticas de Ensino Inclusivas Em Programas de Formação de Professores	Espanha
Leal, Eusébio e Rosa (2020)	UA	Atitudes em Relação às Pessoas com Deficiência: uma Revisão Sistemática da Literatura	Portugal

Pereira <i>et al.</i> , (2020)	UFPA	Alunos com Deficiência na Universidade Federal do Pará: Dificuldades e Sugestões de Melhoramento	Brasil
Capelli, Blasi e Dutra (2020)	UFRJ	Percepção de Docentes sobre o Ingresso de um Estudante Surdo em um Campus Universitário	Brasil
Souza, Cardoso e Perry (2019)	UFRGS	Limitações da Avaliação Automatizada de Acessibilidade em uma Plataforma de MOOCS: Estudo de Caso de uma Plataforma Brasileira	Brasil
Olivati e Leite (2019)	UNESP	Experiências Acadêmicas de Estudantes Universitários com Transtornos do Espectro Autista: uma Análise Interpretativa dos Relatos	Brasil
Borges e Mendes (2018)	UFSCAR	Usabilidade de Aplicativos de Tecnologia Assistiva por Pessoas com Baixa Visão	Brasil
Martins <i>et al.</i> , (2018)	UFVJM	Pessoas com Deficiências Motoras, Conhecimento e Usufruto dos seus Direitos Fundamentais	Brasil
Petroni, Boueri e Lourenço (2018)	UFSCAR	Introdução ao uso do <i>Tablet</i> para Comunicação Alternativa por uma Jovem com Paralisia Cerebral	Brasil
Bock, Gesser e Nuernberg (2018)	UFSC	Desenho Universal para a Aprendizagem: a Produção Científica no Período de 2011 a 2016	Brasil
Leite e Campos (2018)	UFSCAR	Percurso Escolar de Estudantes com Deficiência na Educação de Jovens e Adultos, Nível Ensino Médio	Brasil
Rocha, Desidério e Massaro (2018)	UNESP	Avaliação da Acessibilidade do Parque Durante o Brincar de Crianças com Paralisia Cerebral na Escola	Brasil
Leria <i>et al.</i> , (2018)	UFABC	Enem Acessível: Autonomia para a Pessoa com Deficiência Visual Total no Exame Nacional do Ensino Médio	Brasil
Borges <i>et al.</i> , (2017)	UFRJ	Análise de Atividades Gráficas para Crianças com Síndrome de Down	Brasil
Silva e González-Gil (2017)	USAL	Acessibilidade, Gênero e Educação Superior: Indicativos Procedentes das Investigações Científicas	Espanha
Silva e Ferreira (2017)	USAL	Sombreamento a Pessoa com Deficiência: Aplicabilidade da Técnica de Sombreamento na Coleta de Dados em Pesquisa Qualitativa.	Espanha
Ciantelli e Leite (2016)	UNESP	Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras	Brasil
Ribeiro e Tentes (2016)	UCB	O Caminho da Escola para os Estudantes com Deficiência: o Transporte Escolar Acessível no Plano Viver sem Limite	Brasil
Cantorani, Pilatti e Gutierrez (2015)	UNICAMP	Análise das versões do instrumento WHOQOL-DIS frente aos aspectos que	Brasil

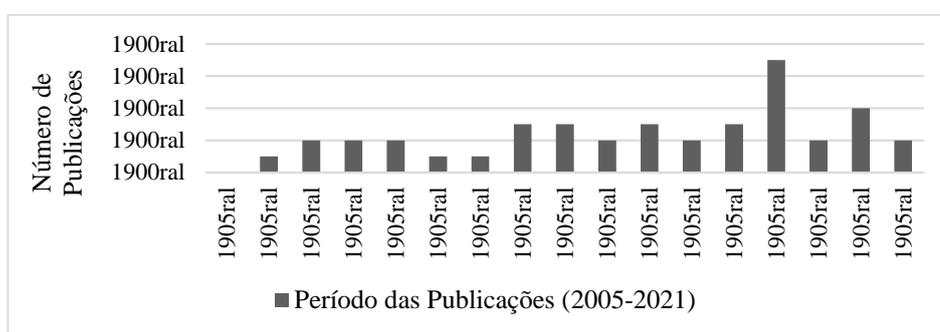
		motivaram sua criação: participação e autonomia	
Azevedo, Giroto e Santana (2015)	UNESP	Produção Científica na Área da Surdez: Análise dos Artigos Publicados na <i>Revista Brasileira de Educação Especial</i> no Período De 1992 A 2013	Brasil
Santarosa e Conforto (2015)	UFRGS	Tecnologias móveis na inclusão escolar e digital de estudantes com transtornos de espectro autista	Brasil
Castro e Almeida (2014)	UFSCAR	Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras	Brasil
Pivetta, Saito e Ulbricht (2014)	UFSC	Surdos e acessibilidade: análise de um ambiente virtual de ensino e aprendizagem	Brasil
Alpino <i>et al.</i> , (2013)	UEL	Orientações de fisioterapia a mães de adolescentes com paralisia cerebral: abordagem educativa para o cuidar	Brasil
Flor, Vanzin e Ulbricht (2013)	UFSC	Recomendações da WCAG 2.0 (2008) e a acessibilidade de surdos em conteúdo da Web	Brasil
Silva <i>et al.</i> , (2013)	UFPA	Efeitos da comunicação alternativa na interação professor-aluno com paralisia cerebral não-falante	Brasil
Santarosa, Conforto e Basso (2012)	UFRGS	Eduquito: ferramentas de autoria e de colaboração acessíveis na perspectiva da web 2.0	Brasil
Gasparoto e Alpino (2012)	UEL	Avaliação da acessibilidade domiciliar de crianças com deficiência física	Brasil
Corrêa e Manzini (2012)	UNESP	Um estudo sobre as condições de acessibilidade em pré-escolas	Brasil
Lacerda e Gurgel (2011)	UFSCAR	Perfil de tradutores-intérpretes de Libras (TILS) que atuam no ensino superior no Brasil	Brasil
Siqueira e Santana (2010)	USP	Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior	Brasil
Corrêa (2009)	UNESP	Acessibilidade: conceitos e formas de garantia	Brasil
Marins e Matsukura (2009)	UFSCAR	Avaliação de políticas públicas: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino Fundamental das cidades-pólo do Estado de São Paulo	Brasil
Camargo e Nardi (2008)	UNESP	O emprego de linguagens acessíveis para alunos com deficiência visual em aulas de Óptica	Brasil
Lamônica <i>et al.</i> , (2008)	USP	Acessibilidade em ambiente universitário: identificação de barreiras arquitetônicas no campus da USP de Bauru	Brasil
Melo e Martins (2007)	UFRN	Acolhendo e atuando com alunos que apresentam paralisia cerebral na classe regular: a organização da escola	Brasil
Paula e Enumo (2007)	UFES	Avaliação assistida e comunicação alternativa: procedimentos para a educação inclusiva	Brasil

Tanaka (2006)	UEL	Acessibilidade: um dos caminhos para auxiliar na inclusão	Brasil
---------------	-----	---	--------

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em 17 anos de publicação da RBEE foram localizados 40 artigos sobre acessibilidade. Conforme o Gráfico 1, desde 2006 esse tema passou a ser constante na revista, atingindo o seu auge em 2018, com sete artigos publicados, o que pode ter sido induzido pelo aumento das discussões sobre o tema mediante a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), em 2015, estabelecendo a acessibilidade como um direito das pessoas com deficiência e um dever o Estado, da sociedade e das famílias (Brasil, 2015).

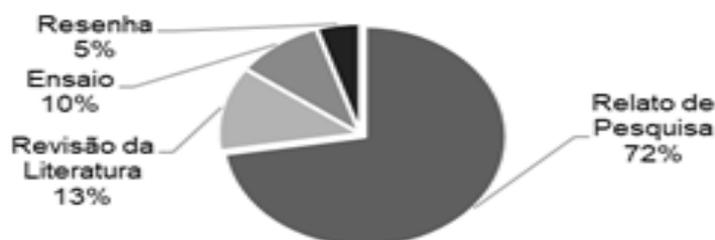
Gráfico 1 – Distribuição temporal dos artigos publicados na RBEE



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

As publicações englobam diferentes gêneros de escrita científica, tais como relato de pesquisa, ensaio, revisão bibliográfica, relato de experiência, depoimentos e resenhas. O Gráfico 2 ilustra a distribuição dos trabalhos em relação a esse aspecto, sendo que 29 (72%), ou seja, a maioria dos artigos selecionados se caracterizaram relatos de pesquisa. Além disso, 5 (13%) se configuraram como revisão da literatura, 4 (10%) são ensaios e 2 (5%) resenhas.

Gráfico 2 - Distribuição dos artigos publicados por gênero textual

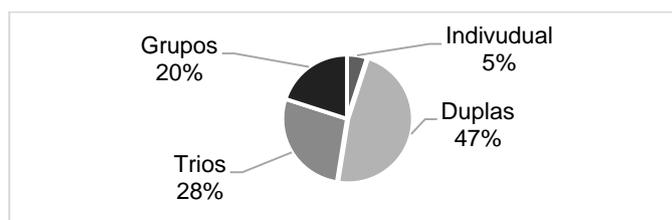


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Apoiando-se em Azevedo, Giroto e Santana (2015), a prevalência do gênero relato de pesquisa decorre da necessidade de promover o intercâmbio de informações científicas sobre a Educação Especial a partir das experiências desenvolvidas por pesquisadores em diversos contextos. Cabe destacar que essas pesquisas são produzidas no âmbito dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, retratando o trabalho desenvolvido por grupos de pesquisa. O ensaio, no entanto, pode ser considerado um gênero que tem tido pouca produção, o que pode ter relação com as normas estabelecidas pelo periódico, assim como a quantidade de artigos desse gênero encaminhados para publicação. Condição semelhante é observada em relação aos gêneros revisão de literatura e resenha.

A análise da autoria dos artigos revelou a prevalência de escrita em coautoria, sendo 19 (47%) escritos em duplas, 11 (28%) em trios e 8 (20%) por grupos com mais de três coautores e 2 com autoria individual (5%), conforme ilustrado no Gráfico 3.

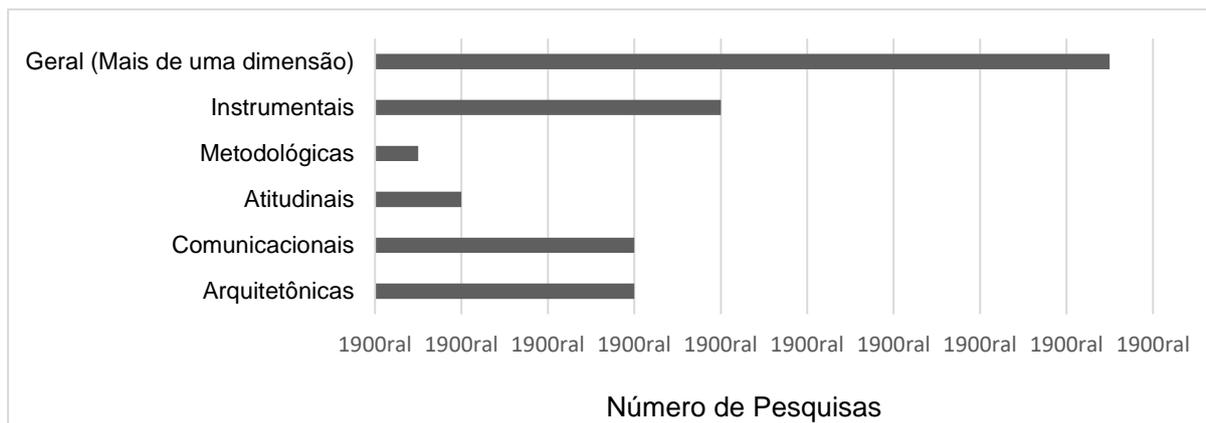
Gráfico 3 - Distribuição da autoria de artigos



Fonte: Autoria própria (2021).

Em relação às dimensões da acessibilidade identificadas nas publicações, há uma abordagem nos estudos, discutindo mais de uma dimensão, existindo 17 (44,7%) nessa condição, seguida por 8 (21%) que enfatizam a dimensão instrumental, 6 (15,5%) a comunicacional, 6 (15,8%) a arquitetônica, 2 (5,3%) a atitudinal e 1 (2,6%) a metodológica (Gráfico 4). Esse dado indica que as produções analisadas têm focalizado as diferentes dimensões da acessibilidade, mas sem deixar de considerar uma discussão geral sobre ela. Entende-se que a ênfase em uma dimensão específica decorre do que o artigo está discutindo e das especificidades da deficiência que está sendo abordada pelos pesquisadores, assim como o contexto analisado.

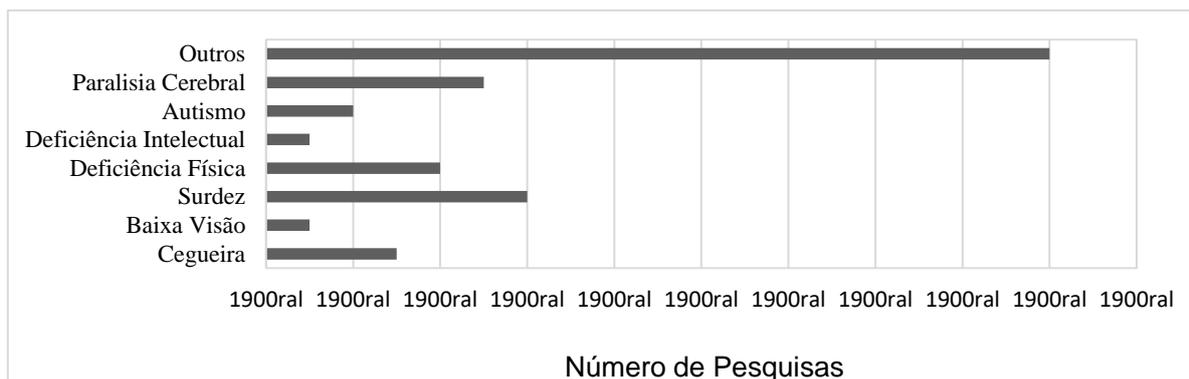
Gráfico 4 – Dimensões da acessibilidade identificadas nas publicações



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Quanto ao tipo de deficiência ou transtorno global do desenvolvimento investigado pelas pesquisas, foi possível verificar que 18 (46,2%) compreendem aquelas pesquisas que abordam o assunto de uma forma geral, sem especificar os tipos, denominadas aqui de outros. Das pesquisas que apontaram uma deficiência ou transtorno de desenvolvimento em específico, 6 (15,4%) tratam da surdez, 5 (12,8%) da paralisia cerebral, 4 (10,3%) da deficiência física, 3 (7,7%) da cegueira, 2 (5,1%) do autismo, 1 (2,6%) da deficiência intelectual e 1 (2,6%) da baixa visão (Gráfico 5). Em suma, há prevalência de uma discussão mais geral sobre as implicações da ausência ou da presença da acessibilidade na inclusão escolar da pessoa com deficiência.

Gráfico 5 - Tipo de deficiência ou transtorno global do desenvolvimento presente nas pesquisas

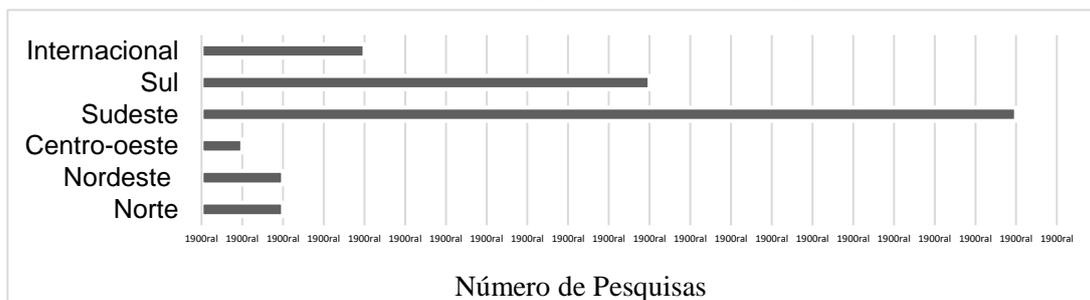


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

No Gráfico 6 é possível verificar que a região Sudeste concentrou o maior número de pesquisas publicadas na revista, seguida pela região Sul. As regiões Norte e o Nordeste possuem apenas duas pesquisas sobre acessibilidade em cada, seguidas da região Centro-Oeste, com apenas uma publicação catalogada sobre o tema. Essa divisão encontra justificativa no

estudo de Casagrande e Mainardes (2021, p. 129), que, ao mapearem o campo da Educação Especial no Brasil, apontam que a maioria dos grupos de pesquisa nesta área estão nas regiões Sul e Sudeste do país, também sendo responsáveis pela maioria dos cursos de graduação, mestrado e doutorado na área. Ainda, quatro publicações são de outras nacionalidades, sendo três da Espanha e um de Portugal.

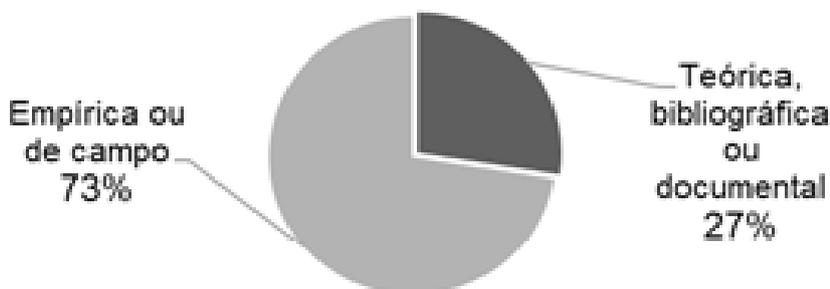
Gráfico 6 – Distribuição geográfica da autoria das pesquisas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

As pesquisas em sua maioria apresentaram natureza empírica ou de campo, com 29 (72,5%) produções, seguida de 11 (27,5 %) pesquisas que possuem natureza teórica, bibliográfica ou documental (Gráfico 7), o que vai ao encontro dos dados do Gráfico 2.

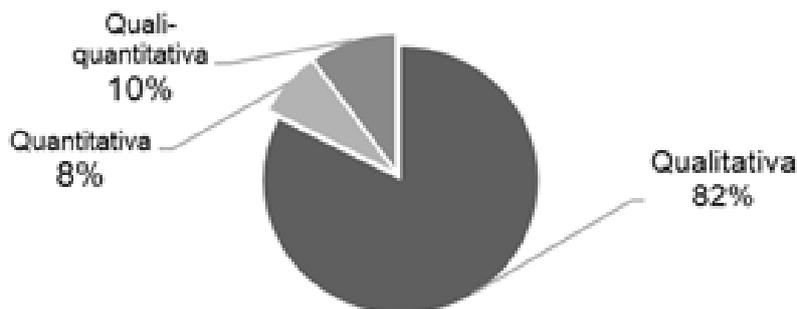
Gráfico 7- Natureza metodológica das pesquisas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

No Gráfico 8 é possível verificar o tipo de abordagem metodológica mais utilizado nas pesquisas, existindo um maior número de pesquisas com abordagem metodológica qualitativa, sendo 33 (82%) no total, seguidas de 4 (10%) com abordagem quali-quantitativa e 3 (8%) quantitativas.

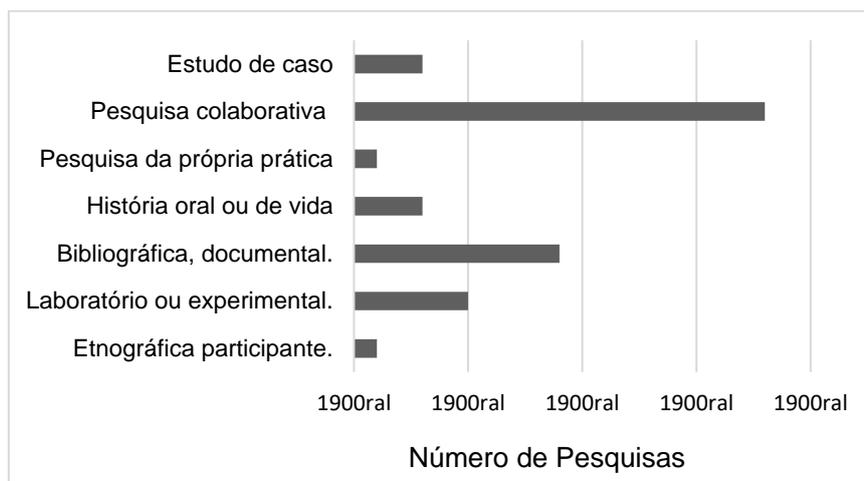
Gráfico 8 - Abordagem metodológica das pesquisas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em relação ao tipo de estudo, a pesquisa colaborativa foi a mais utilizada, com 18 (45%) produções, seguida da bibliográfica/documental com 9 (22,5%), laboratório ou experimental com 5 (12,5%), história oral ou de vida com 3 (7,5%), estudo de caso com 3 (7,5%), etnográfica participante com 1(2,5%) e pesquisa da própria prática com 1 (2,5%), conforme o Gráfico 9.

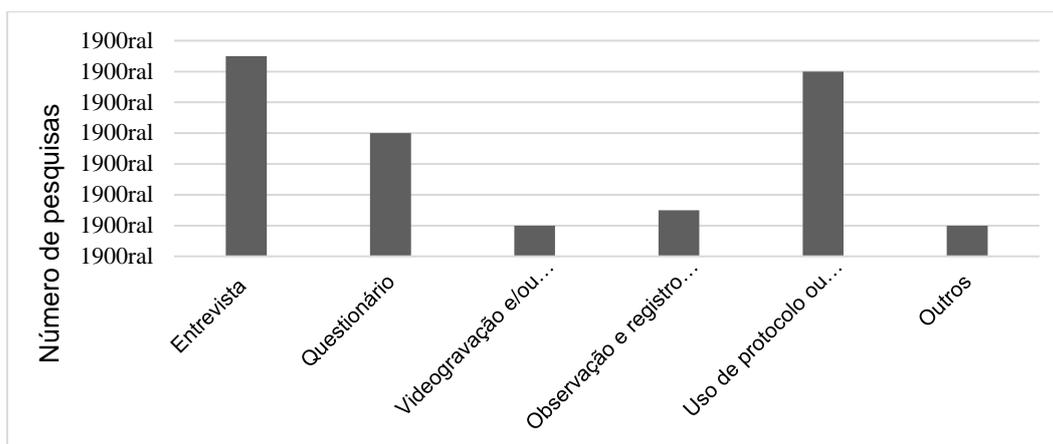
Gráfico 9 Tipo de pesquisas quanto aos procedimentos



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Entre os instrumentos utilizados nas pesquisas para a geração dos dados aparece com maior frequência a entrevista, adotada por 13 (32,5%) artigos, em seguida de 12 (30%) que utilizaram protocolo ou ficha, 8 (20%) fizeram uso de questionário (fechado, aberto ou misto), 3 (7,5%) adoraram a observação e registro de aulas, 2 (5%) utilizaram videogravação e/ou áudiogravação e outros 2 (5%) não apontaram o instrumento utilizado (Gráfico 10).

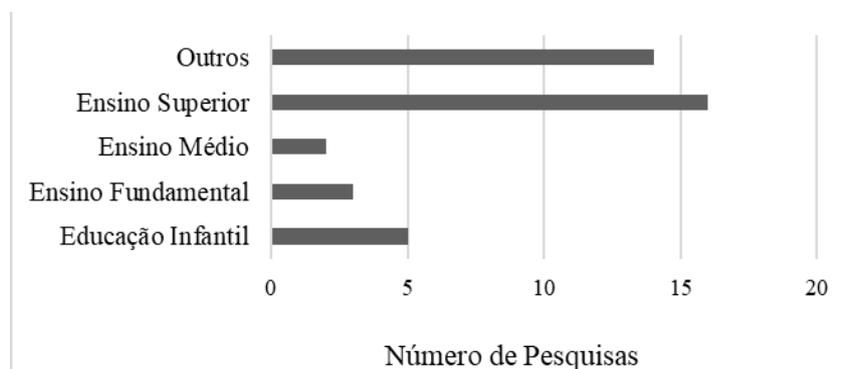
Gráfico 10 - Instrumentos utilizados pelas pesquisas para a geração dos dados



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Quanto ao nível ou etapa de ensino mais presente nos artigos, 16 (40%) tratam da acessibilidade relacionada ao Ensino Superior, seguido de 5 (12,52%) sobre a Educação Infantil, 3 (7,5%) sobre o Ensino Fundamental e 22 (5%) sobre o Ensino Médio. As pesquisas denominadas de outros são aquelas que contemplam todos os níveis de ensino, ou não especificaram o mesmo.

Gráfico 10 – Nível/Etapa de ensino mais contemplados nas pesquisas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Acerca das contribuições que as pesquisas geram para o campo da inclusão escolar de pessoas com deficiência, as produções que tratam sobre acessibilidade arquitetônica (Melo; Martins, 2007; Lamônica *et al.*, 2008; Corrêa; Manzini, 2012; Gasparoto; Alpino, 2012; Ribeiro; Tentes, 2016; Rocha; Desidério; Massaro, 2018; Martins *et al.*, 2018), reforçando a necessidade de que os espaços públicos e privados possibilitem a livre circulação, de forma autônoma, das pessoas com deficiência, o que demanda investimentos em acessibilidade arquitetônica. Os estudos destacam as dificuldades da acessibilidade em ambientes escolares

ou fora dele e contemplam um maior número de pesquisas sobre deficiência física (Lamônica *et al.*, 2008; Gasparoto; Alpino, 2012; Ribeiro; Tentes, 2016; Martins *et al.*, 2018), apontando a necessidade de adequações nos equipamentos recreativos das escolas, transportes, domiciliar das universidades.

Também há discussões sobre barreiras arquitetônicas no contexto da paralisia cerebral, sinalizando que muitas escolas não fomentam a acessibilidade para a participação desses estudantes nas atividades escolares. Dessa forma, a infraestrutura das escolas deve ser adequada visando assegurar a acessibilidade e a autonomia dos estudantes com deficiência, tornando-a acessível e segura, conforme preconizado pelo Desenho Universal que promove ambientes acessíveis para todas as pessoas (Melo; Martins, 2007; Rocha; Desidério; Massaro, 2018).

Barreiras na comunicação interpessoal, na comunicação escrita e na comunicação virtual também foi observada nas pesquisas. Essa temática reforça a necessidade da acessibilidade comunicacional para que pessoas com deficiência possam se comunicar e expressar suas percepções e sentimentos. Assim, os estudos discutem, no âmbito educacional, o vestibular na língua de sinais, a atuação de docentes bilíngues nesses espaços, as aulas ministradas com a presença de tradutores e intérpretes da língua de sinais, assim como o uso de estratégias e recursos de comunicação alternativa (Camargo; Nardi, 2008; Lacerda; Gurgel, 2011; Silva *et al.*, 2013; Azevedo; Giroto; Santana, 2015; Capelli; Blasi; Dutra, 2020; Paiva; Melo, 2021).

Entretanto, constatou-se que a implementação dessas ferramentas em sala de aula pode requerer o apoio de profissionais da área da saúde especializados em comunicação alternativa para direcionar os recursos para as habilidades comunicativas e para o uso nas atividades pedagógicas para pessoas com paralisia cerebral, por exemplo, o que vai ao encontro de uma abordagem intersetorial da inclusão desses estudantes nas instituições de ensino.

Por sua vez, Siqueira e Santana (2010) trataram da acessibilidade atitudinal ao discutirem as ações contidas nas propostas contempladas pelo “Projeto Incluir/MEC- Acessibilidade na Educação Superior” nos anos 2005-2008, indicando que a inclusão de pessoas com deficiência da Educação Superior diz respeito a tudo que envolve o sujeito em suas relações cotidianas e devem estar voltadas para as atitudes frente à pessoa com deficiência, às políticas de inclusão e aquisição de produtos e tecnologias assistivas.

Em relação à acessibilidade metodológica, Bock, Gesser e Nuernberg (2018) caracterizaram a produção científica sobre o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) e

sistematizaram algumas contribuições voltadas à eliminação de barreiras metodológicas nos contextos de aprendizagem. Além disso, demarcam a diferenciação entre os princípios e as diretrizes do DUA e as demais perspectivas do Desenho Universal (DU), apontando estratégias voltadas à eliminação de barreiras no acesso ao conhecimento e mapeando o campo de investigação sobre o DUA.

A adaptação de material didático, a utilização de aparelhos, equipamentos, utensílios e Tecnologia Assistiva em geral reforçam o que tem sido apontado como acessibilidade instrumental (Santarosa; Conforto; Basso, 2012; Flor; Vanzin; Ulbricht, 2013; Pivetta; Saito; Ulbricht, 2014; Santarosa; Conforto, 2015; Borges *et al.*, 2017; Leria *et al.*, 2018; Borges; Mendes, 2018; Petroni; Boueri; Lourenço, 2018; Souza; Cardoso; Perry, 2019). Com a intenção de aprimorar o suporte à acessibilidade, tais as pesquisas apresentam ações que podem promover a acessibilidade instrumental no contexto da inclusão escolar.

Em síntese, os estudos revelam que o maior desafio para a efetiva inclusão das pessoas com deficiência nas instituições de ensino, seja na Educação Básica ou na Educação Superior, diz respeito à acessibilidade. Aqui, destacamos a acessibilidade atitudinal como uma dimensão essencial nesse processo inclusivo, pois na sua ausência as demais dimensões pouco serão efetivadas. Nesse sentido, é preciso prever e prover as condições de acessibilidade, em todas as suas dimensões, visando criar espaços inclusivos e que promovam a livre circulação das pessoas com deficiência de forma autônoma e segura.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A acessibilidade é um aspecto essencial para a promoção da inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida na sociedade. No campo da educação não é diferente, pois tanto o acesso quanto a permanência de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, superdotação/altas habilidades depende da acessibilidade, em todas as suas dimensões, para que possam ter garantido o seu direito à uma aprendizagem de/com qualidade na escola comum juntos aos demais alunos sem deficiência ou transtornos do desenvolvimento.

A produção analisada se constitui, em sua maioria, estudos construídos a partir de relatos de experiência exitosas com estudantes que possuem algum tipo de deficiência e que estão matriculados na Educação Básica ou Superior, o que reforça o entendimento de que a acessibilidade, além de necessária nesse contexto, é possível de ser promovida e, mais do que isso, resulta em avanços significativos no desenvolvimento integral das pessoas com deficiência, além de ser um direito legal preconizado pela legislação brasileira.

Os dados chamam a atenção para a necessidade de que as discussões sobre a acessibilidade também ganhem espaço nas discussões sobre inclusão entre pesquisadores das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, vistas neste estudo como as mais carentes dessas discussões. Por outro lado, foram observadas iniciativas de grupos de pesquisa na promoção de acessibilidade junto a professores e estudantes de diferentes níveis e etapas educacionais, o que é positivo, pois a acessibilidade permeia todos esses espaços.

Diante do exposto, sugere-se como trabalhos futuros o desenvolvimento de estudos sobre o currículo dos cursos de formação de professores, identificando e analisando como a acessibilidade se faz presente nas ementas das disciplinas das licenciaturas, pois esses cursos podem e devem promover a acessibilidade atitudinal, que é essencial para que as outras dimensões também se efetivem no espaço escolar.

## REFERÊNCIAS

- Alpino, Â. M. S. *et al.* (2013). Orientações de fisioterapia a mães de adolescentes com paralisia cerebral: abordagem educativa para o cuidar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 19(4), 597-610.
- Azevedo, C. B., Giroto, C. R. M., & Santana, A. P. O. (2015). Produção científica na área da surdez: análise dos artigos publicados na revista brasileira de educação especial no período de 1992 a 2013. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 21(4), 459-476.
- Bock, G. L. K., Gesser, M., & Nuernberg, A. H. (2018). Desenho Universal para a Aprendizagem: a produção científica no período de 2011 a 2016. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 24(1), 143-160.
- Borges, A. L. E. *et al.* (2017). Análise de atividades gráficas para crianças com Síndrome de Down. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 23(4), 577-594.
- Borges, W. F., & Mendes, E. G. (2018). Usabilidade de aplicativos de tecnologia assistiva por pessoas com baixa visão. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 24(4), 483-500.
- Brasil. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm).
- Camargo, E. P., & Nardi, R. (2008). O emprego de linguagens acessíveis para alunos com deficiência visual em aulas de óptica. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 14(3), 405-426.
- Cantorani, J. R. H., Pilatti, L. A., & Gutierrez, G. L. (2015). Análise das versões do instrumento WHOQoL-DIS frente aos aspectos que motivaram sua criação: participação e autonomia. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 21(4), 407-426.

- Capelli, J. C. S., Blasi, F. D., & Dutra, F. B. S. (2020). Percepção de docentes sobre o ingresso de um estudante surdo em um *campus* universitário. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 26(1), 85-108.
- Casagrande, R. C., & Mainardes, J. (2021). O campo acadêmico da Educação Especial no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 27(e0132), 119-138.
- Castro, S. F., & Almeida, M. A. (2014). Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 20(2), 179-194.
- Ciantelli, A. P. C., & Leite, L. P. (2016). Ações exercidas pelos núcleos de acessibilidade nas universidades federais brasileiras. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 22(3), 413-428.
- Corrêa, P. M. (2009). Acessibilidade: conceitos e formas de garantia. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 15(1), 171-172.
- Corrêa, P. M., & Manzini, E. J. (2012). Um estudo sobre as condições de acessibilidade em pré-escolas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 18(2), 213-230.
- Fiorentini, D. *et al.* (2016). O professor que ensina matemática como campo de estudo: concepção do projeto de pesquisa. *In: Fiorentini, D., Passos, C. L. B., Lima R. C. R. (org.). Mapeamento da pesquisa acadêmica brasileira sobre o professor que ensina Matemática: período 2001 a 2012.* Campinas: Unicamp, 17-41.
- Fiorentini, D., & Lorenzato, S. (2006). *Investigação em Educação Matemática: percursos teóricos e metodológicos.* Campinas: Autores Associados.
- Flor, C. S., Vanzin, T., & Ulbricht, V. (2013). Recomendações da WCAG 2.0 (2008) e a acessibilidade de surdos em conteúdos da web. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.19, n.2, p.161-168.
- Gasparoto, M. C., & ALPINO, Â. M. S. Avaliação da acessibilidade domiciliar de crianças com deficiência física. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 18(2), 337-354, 2012.
- Lacerda, C. B. F., & Gurgel, T. M. A. (2011). Perfil de tradutores-intérpretes de Libras (TILS) que atuam no ensino superior no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 17(3), 481-496.
- Lamônica, D. A. C. *et al.* (2008). Acessibilidade em ambiente universitário: identificação de barreiras arquitetônicas no campus da USP de Bauru. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 14(2), 177-188.
- Leal, N., Eusébio, C., & Rosa, M. J. (2020). Atitudes em relação às pessoas com deficiência: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 26(4), 689-710.

- Leite, G. G., & Campos, J. A. P. P. (2018). Percurso Escolar de Estudantes com Deficiência na Educação de Jovens e Adultos, Nível Ensino Médio. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 24(1), 17-32.
- Leria, L. A. *et al.* (2018). ENEM Acessível: Autonomia para a Pessoa com deficiência visual total no Exame Nacional do Ensino Médio. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 24(1), 103-120.
- Marins, S. C. F., & Matsukura, T. S. (2009). Avaliação de políticas públicas: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino Fundamental das cidades-pólo do Estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 15(1), 45-64.
- Martins, W. B. *et al.* (2018). Pessoas com deficiências motoras, conhecimento e usufruto dos seus direitos fundamentais. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 24(3), 441-454.
- Melo, F. R. L. V., Martins, L. A. R. (2007). Acolhendo e atuando com alunos que apresentam paralisia cerebral na classe regular: a organização da escola. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 13(1), 111-130.
- Olivati, A. G., & Leite, L. P. (2019). Experiências acadêmicas de estudantes universitários com Transtornos do Espectro Autista: uma análise interpretativa dos relatos. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 25(4), 729-746.
- Paiva, G. O. S., & Melo, F. R. L. V. 2021. Acessibilidade linguística de surdos no Ensino Superior: reflexões sobre o curso de Letras Libras/Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, 27(e0154), 89-104.
- Paula, K. M. P., & Enumo, S. R. F. (2007). Avaliação assistida e comunicação alternativa: procedimentos para a educação inclusiva. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 13(1), 3-26.
- Pereira, R. R. *et al.* (2020). Alunos com Deficiência na Universidade Federal do Pará: Dificuldades e Sugestões de Melhoramento. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, 26(3), 387-402.
- Petroni, N. N., Boueri, I. Z., & Lourenço, G. F. (2018). Introdução ao uso do Tablet para Comunicação Alternativa por uma Jovem com Paralisia Cerebral. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 24(3), 327-342.
- Pieczkowski, T. M. Z., & Gavenda, M. L. (2021). Narrativas de Mulheres com Deficiência Visual. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, 27(e0171), 139-156.
- Pivetta, E. M., Saito, D. S., & Ulbricht, V. R. (2014). Surdos e acessibilidade: análise de um ambiente virtual de ensino e aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 20(1), 147-162.
- Pletsch, M. D. *et al.* (2018). *Revista Brasileira de Educação Especial: 25 anos de história*. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 24(ed. esp.), 1-8.

- Ribeiro, A. C., & Tentes, V. T. A. (2016). O caminho da escola para os estudantes com deficiência: o transporte escolar acessível no plano viver sem limite. *Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, 22(1), 27-38.*
- Rocha, A. N. D. C., Desiderio, S. V., & Massaro, M. (2018). Avaliação da acessibilidade do parque durante o brincar de crianças com paralisia cerebral na escola. *Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, 24(1), 73-88.*
- Romanowski, J. P., & Ens, R. T. (2006). As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em Educação. *Diálogo Educacional, Curitiba, 6(19), 37-50.*
- Sandoval, M. *et al.* (2020). Student and Faculty Perspectives of Inclusive Teaching Practices in Teacher Training Degree Programs. *Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru, 26(4), 551-554.*
- Santarosa, L. M. C., Conforto, D., & Basso, L. O. (2012). Eduquito: ferramentas de autoria e de colaboração acessíveis na perspectiva da web 2.0. *Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, 18(3), 449-468.*
- Santarosa, L. M. C., & Conforto, D. (2015.) Tecnologias móveis na inclusão escolar e digital de estudantes com transtornos de espectro autista. *Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, 21(4), 349-366.*
- Silva, J. S. S., & González-Gil, F. (2017). Acessibilidade, Gênero e Educação Superior: Indicativos Procedentes das Investigações Científicas. *Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, 23(4), 607-622.*
- Silva, J. S. S., & Ferreira, W. B. (2017). Sombreamento a pessoa com deficiência: aplicabilidade da técnica de sombreamento na coleta de dados em pesquisa qualitativa. *Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, 23(2), 185-200.*
- Silva, R. L. M. *et al.* (2013). Efeitos da comunicação alternativa na interação professor-aluno com paralisia cerebral não-falante. *Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, 19(1), 25-42.*
- Silva, R. S., Silva, W. D. A. (2022). A docência em Ciências da Natureza e a Educação Especial numa perspectiva inclusiva. *Revista Interinstitucional Artes de Educar, Rio de Janeiro, 8(3), 797-812.*
- Siqueira, I. M., & Santana, C. S. (2010). Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior. *Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, 16(1), 127-136.*
- Souza, N., Cardoso, E., & Perry, G. T. (2019). Limitações da Avaliação Automatizada de Acessibilidade em uma Plataforma de MOOCS: Estudo de Caso de uma Plataforma Brasileira. *Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru, 25(4), 603-616.*
- Tanaka, E. D. O. (2006). Acessibilidade: um dos caminhos para auxiliar na inclusão. *Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, 12(1), 139-142.*